

Comércio e Serviços Informais na Área Central de Uberlândia-MG: Uma Reflexão sobre a Dinâmica dos Camelôs

Camila Kazumi Kitamura¹

Vitor Ribeiro Filho²

Introdução

É visível a complexidade da área central ao se analisar sua configuração, na qual o núcleo central está inserido, revelando através de suas formas espaciais a apropriação que os espaços públicos vêm sofrendo por camelôs, e mais recentemente pelos camelódromos. As transformações na área central e, por conseguinte, o crescimento da economia informal, são reflexos dos processos sócio-espaciais que alteraram a sua configuração interna e a dinâmica na ocupação funcional, bem como o perfil do consumidor dos estabelecimentos de comércio e serviços levando à gradativa popularização da área central em diversos aspectos.

Com relação a este processo, verifica-se que até a década de 1990, o local, comumente denominado centro era pensado enquanto lazer de classes sociais favorecidas, sendo que, por lá se concentravam cinemas e praças relativamente seguras para jogos e passeios. Era também, onde estavam localizados os serviços e comércios em que toda a população da cidade encontrava agências bancárias, casas lotéricas, agência dos correios e outras instituições públicas.

Isto porque nos anos 80 o país passou por um período de recessão causado por uma política de ajustamento estrutural, sendo que na década seguinte o desemprego aumentou apesar de uma recuperação econômica em 1993, e, por outro lado, o número de trabalhadores autônomos e micro e pequenas empresas crescendo bastante (ZAMBELLI, 2006).

Então, a partir destas transformações econômicas verificadas na década de 1980, e as conseqüentes mudanças na dinâmica econômica urbana, ao se pensar no processo de reestruturação, nota-se a popularização da área central, com a modificação da paisagem, observando-se assim a consolidação dos subcentros. Assim, o centro se antes considerado um privilégio para os cidadãos moradores, perde seu status, sendo que as principais razões determinantes são: perda na qualidade de vida através das poluições atmosférica, sonora e visual; grande concentração e fluxo de veículos públicos e de passeio, pedestres, podendo-se citar a questão da violência urbana.

Neste sentido, o comércio e a prestação de serviços informais, na figura dos camelôs, vão ganhando cada dia mais espaço, em virtude dos fatores sócio-econômicos, sendo determinantes na transformação da dinâmica da área central. Os espaços públicos, especialmente, as praças, calçadas e ruas, são os ambientes mais utilizados para o seu estabelecimento, uma vez que estes estão localizados em partes privilegiadas da área central e possibilitam a circulação de pessoas, de veículos e, conseqüentemente, o comércio. Percebe-se, nesta perspectiva, a estratégia locacional, à qual estes trabalhadores estão vinculados.

Resgatando-se o trabalho informal na América Latina, Singer e Pocchmam (2001), afirmam que sua origem está relacionada ao intenso êxodo rural ocorrido após a Segunda Guerra Mundial. As cidades não puderam absorver toda a mão de obra disponível no mercado, fazendo com que muitas pessoas encontrassem na informalidade a única forma de sobrevivência.

Enquanto na América Latina a origem do trabalho informal está ligada ao êxodo rural após a Segunda Guerra, para Bertolucci (2003), nas cidades brasileiras este processo é

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – Bolsista CNPq – camilakazumi@yahoo.com.br

² Professor Dr. do Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia – Vitor.f@terra.com.br

antigo, datando do século XIX, através de negras ou mascates nas ruas de cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife. As primeiras produziam iguarias e artigos de armarinho comercializando-os nas ruas das principais metrópoles. Já os segundos visitavam cidades do interior e batiam de porta em porta, vendendo vários tipos de mercadorias.

A economia informal é um conceito bastante abrangente, mas, o comércio de ambulantes e camelôs é a parte mais representativa deste setor. De acordo com o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), citado em Singer e Pocchmam (2001), o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir as diferenças entre capital e trabalho. Essas atividades utilizam pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam empregos instáveis de reduzida produtividade e baixa renda. Os trabalhadores inseridos neste contexto justificam a sua permanência nos empregos informais por complexas e variadas razões.

No Brasil, o estudo de Zambelli (2006) revela que as décadas de 1960 e 1970 marcam um período de crescente êxodo rural fazendo com que as cidades tivessem que conviver com variados problemas como violência, marginalidade e informalidade. A discussão sobre esta temática ocorre justamente neste período, quando são questionadas também as análises sobre modernização, que representavam urbanização acelerada.

Desde o início da década de 1980, o mercado de trabalho no Brasil é dominado por uma alta proporção de trabalhadores sem carteira assinada. Neste período, estes, representavam 28% da população. Assim, o grau de informalidade permaneceu estável, sendo que, a partir da década de 1990, tem início um processo de agravamento desta situação e, conseqüentemente o aumento de trabalhadores informais. Este problema no país foi gradativamente atenuado, porque a legislação exigiu que os trabalhadores formais possuíssem carteira assinada, sendo que deste modo a informalidade fosse associada a não se ter a carteira de trabalho, ou a não contribuição para a previdência social (ULYSSEA, 2005).

Neste contexto, a partir dos anos 1990, verifica-se na cidade de Uberlândia – MG a transformação da paisagem na área central, em virtude do aparecimento e expansão dos camelôs. Ou seja, o processo de reestruturação urbana verificado nas cidades, coloca novas formas e funções ao território, neste caso uma cidade de porte médio.

Ao se refletir sobre a estrutura funcional da área central de Uberlândia-MG, a partir desse período, nota-se que os comerciantes e prestadores de serviços informais ganham cada dia mais espaço e conquistam mais consumidores especialmente da classe social baixa, mas com todo tipo de público, originando a popularização enquanto processo.

Nesta cidade, a origem do comércio informal deu-se em função da criação de frentes de trabalho a partir da construção dos distritos industriais, no fenômeno nacional de desconcentração industrial, e a melhoria da infra-estrutura urbana através da implantação de universidades, criação de hospitais, escolas, além da construção de inúmeros conjuntos habitacionais populares. A cidade passou a apresentar um padrão de qualidade de vida melhor, se comparada a de cidades grandes e pequenas, atraindo, dessa maneira um maior fluxo de pessoas de outras localidades (BERTOLUCCI, 2003). Mas nem todas as pessoas conseguiram um trabalho formal, recorrendo, deste modo, à informalidade.

Em meados dos anos 80 os camelôs começaram as suas atividades na Praça Tubal Vilela. O local englobava aquelas pessoas que não conseguiam ser absorvidas no mercado de trabalho e que encontraram no comércio informal uma alternativa para sobrevivência, criando um espaço único e singular naquela área (SOARES E RAMIRES, 1993).

Ao observar-se a dinâmica das cidades de porte médio e também das metrópoles, percebe-se que os camelódromos, construídos para oferecer um lugar legalizado aos ambulantes, geralmente localizam-se próximos aos terminais de transporte urbano ou dos pontos de parada de ônibus. Essa localização é estratégica, assim como a dos próprios camelôs, uma vez que essa é uma área de grande circulação de pessoas de renda baixa, e que estarão sempre atraídas pelas mercadorias vendidas nestes estabelecimentos a preços populares.

As vias públicas tornam-se palco de uma realidade econômica em transformação e, ao mesmo tempo, revelam uma sociedade urbana que está plenamente baseada em valores consumistas. Nas cidades médias, como é o caso de Uberlândia, esse fenômeno ganha expressão com o aumento populacional, tanto de naturais quanto de migrantes, e a defasagem na oferta de empregos para essa população em contínuo crescimento.

Há, no entanto, que considerar outros fatores que contribuem para o aumento do comércio informal, tais como a baixa qualificação do trabalhador, associada ao ciclo de vida e, por conseguinte a perda do emprego que faz com que esse desempregado encontre muitas dificuldades para retornar ao mercado de trabalho formal. Mas é cada vez mais comum, pessoas que se encontram no setor formal e, para complementar a renda, exercem suas atividades também no comércio ou serviços informais.

Diante destas informações, o objetivo geral deste trabalho é analisar alguns conceitos sobre informalidade, já que este é um tema bastante abrangente e complexo, enfocando-se as atividades de comércio e serviços dos camelôs, bem como, definir quais são as principais diferenças entre as categorias vinculadas às atividades econômicas nos espaços públicos dos trabalhadores informais. Essa problemática será contextualizada na área central de Uberlândia – MG, cidade onde esta temática tornou-se presente nos últimos 20 anos.

Com relação à metodologia, o primeiro procedimento realizado foi o levantamento bibliográfico sobre os temas: comércio informal - camelôs e camelódromos-, área central e reestruturação urbana. Posteriormente foram definidos os instrumentos que serviram de base para o levantamento e sistematização de dados. A etapa seguinte consistiu na realização de pesquisa documental (artigos de jornais, fotos, mapas, planilha de dados) em órgãos públicos, como a Secretaria de Planejamento Urbano bem como a Divisão de Serviços Urbanos, que puderam fornecer informações sobre o tema em Uberlândia – MG. Após esses procedimentos, os dados coletados foram analisados e resultaram na produção deste texto.

Área Central e Informalidade: A Transformação de Sua Dinâmica e a Criação de Novas Centralidades

Muitos cidadãos ainda consideram o centro da cidade como um local imprescindível para a realização das atividades econômicas como ir ao banco, efetuar compras de produtos e utilização de serviços gerais. Para a compreensão da importância da área central a partir da dinâmica da cidade deve-se retomar sua própria gênese.

A origem da Área Central está intimamente ligada ao capitalismo, mesmo em sua fase mercantilista. As relações entre a cidade e o mundo exterior a ela transformaram sua morfologia urbana, tendo como conseqüência, o nascimento do seu foco principal: a sua Área Central. A partir da segunda metade do século XIX, foram construídos dentro da cidade, para uma maior agilidade nos transbordos, terminais ferroviários localizados próximos uns dos outros, e, dos terminais marítimos. Nesses locais nasciam às atividades, ou mesmo aquelas que já existiam, ampliavam-se, surgindo grandes mercados de trabalhos constituídos por indústrias, comércio, lojas de departamentos, escritórios entre outras atividades (CORRÊA, 1997).

A partir deste contexto, o mercado de trabalho foi cada vez mais ampliado e os transportes intra-urbanos passaram a desempenhar importante papel na área central através do desenvolvimento da indústria que estava voltada ao mercado consumidor de assalariados (CORRÊA, 1997).

Montessoro (2006) afirma que ao se discutir a origem do centro urbano deve-se compreender desde seu núcleo inicial, através de um povoado, que se organizou de tal maneira ao redor de um ponto estratégico, e se diversificou a partir da demanda existente, à de transformações coerentes com o espaço, ou seja, institui-se o poder sobre a população, a origem da atuação do poder público. Além disso:

O surgimento e a constituição do centro das cidades levantam algumas considerações sobre os primeiros indícios do desenvolvimento político,

econômico, social e cultural sobre as cidades, pois se a urbanização é percebida enquanto um processo e a cidade como forma, destacamos que ambos são os resultados históricos dos vários tipos de cidades que, ao longo dos anos, foram se transformando de acordo com as relações estabelecidas no tempo e no espaço. Contudo, foi necessário que o homem buscasse uma identidade com o lugar, através da fixação em algum ponto do território, deixando de ser nômade para que todas essas mudanças pudessem se concretizar, o que de fato possibilitou uma organização social dos vários grupos que foram se formando no decorrer dos tempos. (MONTESSORO, 2006, p.37)

Ainda de acordo com Montessoro (2006), a cidade apesar de diversas transformações pelas quais passou, reflete a especialização funcional e a divisão social e territorial do trabalho no processo representativo das relações de produção na estrutura urbana:

(...) a condição primordial para o surgimento das cidades está pautada na divisão social do trabalho que se fortaleceu, ainda mais, com o processo de industrialização, favorecendo também uma especialização funcional dos lugares com reflexos mediante a caracterização da rede urbana, privilegiando a hierarquia das cidades e as estratégias de desenvolvimento do capitalismo. (MONTESSORO, 2006, p. 38)

Quando se analisa o centro tradicional, verifica-se que este se caracteriza por uma estrutura cuja paisagem é decorrente de um processo arquitetural e antrópico abrangendo, assim, uma complexidade em suas definições e em sua dinâmica (SANTOS, 1979).

O processo espacial denominado centralização culminou na gênese da forma espacial da área central. Ela compreende na sua espacialidade, articulações diversas que intervêm em seu espaço e define a centralidade urbana de acordo com algumas características que a difere das demais áreas da cidade. Essa área por sua vez, foi fragmentada em dois setores: o núcleo central e a zona periférica do centro (CORRÊA, 1995).

O núcleo central é a expressão máxima da centralidade urbana sendo muitas vezes caracterizado por conter a área principal onde se localiza a rede de vias urbanas, apresentando uma grande concentração de serviços. Importantes aspectos podem ser observados no núcleo central e que o caracteriza por suas particularidades, como por exemplo, o fato de se aglomerarem a maior parte das atividades comerciais, dentre elas o comércio informal de camelôs e ambulantes.

Processos como este, redefinem funções do espaço público e interferem na dinâmica da área central. Esta é constituída não somente pelo núcleo central, mas adjacente a ela está a zona periférica do centro cuja extensão ultrapassa a do núcleo, pois abrange um amplo setor no qual as atividades estão concentradas:

A Zona Periférica é caracterizada pelo uso semi-intensivo do solo com uma diversidade interna, apresentando ampla escala horizontal. Ali há atividades que necessitam de maior espaço para seu funcionamento, estando também vinculadas ao núcleo central (...) essas atividades beneficiam-se das facilidades de acesso que a Área Central oferece em relação ao conjunto da cidade (...). Horwood e Boyce (1959) *apud* Ribeiro Filho (2004, p. 38).

Com relação à temática das Centralidades, Montessoro (2006) afirma que a partir da análise do Centro, as expressões da Centralidade são discutidas de acordo com processos relativos à estruturação e reestruturação urbana:

(...) o próprio processo de expansão, desdobramento e a constituição de subcentros são exemplos de como podemos caracterizar a centralidade urbana. Mas não devemos considerar apenas como expressão de

centralidade as áreas que estão fora do centro tradicional, uma vez que o mesmo foi e continua expressando uma centralidade, já que em muitas cidades, ele não perdeu as características que o destacam como categoria de centro reafirmado pela própria centralidade que se restabelece em função dos fluxos e da circulação. (MONTESSORO, 2006, p.54)

É notória a gradativa popularização verificada na Área Central a partir da formação dos subcentros, como os Shopping Centers, mas é importante lembrar que, apesar de Uberlândia-MG seguir essa tendência não é possível afirmar que nesta cidade a popularização do centro se completou de maneira plena, ou até mesmo que o Centro se desvalorizou de tal maneira, a ponto de perder sua importância. Neste caso ele representa uma centralidade bem definida e consolidada.

E, Corrêa (1997) considera que a Área Central é consequência do processo de centralização, que foi sem dúvida um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo em sua fase industrial.

Nesse contexto verifica-se o processo de refuncionalização das atividades do núcleo central e de alguns setores da zona periférica do centro. Ocorre, então, uma substituição de usos menos intensivos por outros mais intensivos, como forma de aumentar o volume de negócios (MURPHY, 1966) e não uma “crise” da área central.

As explicações para as causas da informalidade são diversas, pois, podem estar relacionadas à proteção ou não proteção dos trabalhadores quanto à regularização pelo Estado, e as diferenças em níveis salariais. Além disso, é mencionada a superpopulação que gera o desemprego por não conseguirem absorver toda a mão de obra disponível no mercado. (MONTESSORO, 2006)

Sendo uma alternativa de ganho para os desempregados ou uma saída para pagarem menos impostos (SANTOS e RESENDE, 2003), é fato que a expansão da economia informal nas últimas décadas nas grandes e médias cidades tem sua ênfase na área central. Observa-se que esta questão tem se destacado, tanto para os estudiosos dessa temática, quanto para as autoridades públicas e os empresários, que atuam nesse setor da cidade, nos órgãos de planejamento.

Melo e Telles (2000) mostram que o avanço dessas atividades não é um fenômeno transitório. No caso brasileiro, deve ser destacado o aumento expressivo do comércio ambulante no interior da atividade comercial. De acordo com os autores, 68% dos postos de trabalho no âmbito comercial são oriundos do comércio varejista e atacadista, mas 21% derivam-se da categoria ambulante, tendência que se manifestou acentuadamente nos anos 90 em todo o país.

É importante ressaltar que as formas espaciais associadas ao espaço urbano, que também podem ser interpretadas pelas formas comerciais criadas para satisfazer o consumo, cujos centros tradicionais abrigam formas e funções, se renovam para suprir as necessidades da população (MONTESSORO, 2006). A autora prossegue afirmando que:

Nessa perspectiva, a mercadoria desencadeia uma função que faz parte de um processo histórico e que está inserido no contexto da sociedade urbana, que é a prática do consumo, que por sua vez expressa a relação com o espaço, por isso falamos em consumo do e no espaço, além da reprodução do capital que permeia essas relações e a questão da apropriação de uma dada parte desse espaço para que o círculo da mercadoria/consumo/ lucro se concretize, visto que todos os cidadãos são consumidores de algum produto. (MONTESSORO, 2006, p. 3)

Já que no caso de Uberlândia, a área central presencia a expansão dos camelôs, pode-se refletir como afirma Montessoro, acerca do consumo do espaço enquanto a forma de apropriação que as vias públicas sofrem e, o consumo no espaço, devido ao fluxo de mercadorias diversas entre os consumidores.

O estudo de Zambelli (2006) mostrou que em Belo Horizonte, assim que os comerciantes informais se expandiram, trouxe preocupações por parte do poder público, que

sempre objetivaram manter a ordem na região, através das diversas tentativas por meio das ações públicas, contendo a expansão de camelôs e ambulantes ou organizando-os e disciplinando-os. No caso da capital de Minas Gerais:

O grande aumento dos camelôs na região central da cidade acabou determinando uma grande expansão da apropriação dos espaços públicos por essas categorias dificultando a circulação de pessoas, tirando a visibilidade das lojas, causando incômodos e gerando insatisfação dos lojistas. (ZAMBELLI, 2006, p.80)

Ainda de acordo com a autora, em Belo Horizonte, a partir de 2003 os camelôs e foram transferidos para os Shoppings Populares, que funcionavam através de um regulamento denominado Regulamento de Centro de Comércio Popular, que atende a demanda do comércio informal do município. Na verdade os shoppings populares em muito se parecem com os camelódromos, e, o fator determinante que os diferencia é o padrão de organização. Um exemplo é a presença ou não de praça de alimentação.

As Atividades Comerciais e a Prestação de Serviços de Camelôs na Área Central: Significados, Categorias e a Constituição dos Camelódromos em Uberlândia-MG

Ao analisar a formalidade-informalidade do comércio, o estudo de Santos (1979), constituiu-se em referência básica para a compreensão da estrutura comercial das cidades do Terceiro Mundo. A sua principal contribuição resulta na caracterização da economia urbana em dois sistemas: o “circuito superior” e o “circuito inferior”. O autor argumenta que os dois circuitos estão articulados entre si. Porém a diferença fundamental entre as atividades desses dois sistemas está nas modalidades de capital, tecnologia e organização. Porém observa-se grande dependência do circuito inferior em relação ao superior. Obviamente isto é verificado, por exemplo, a partir das relações existentes entre o comércio formal e o informal e nas redes que se estabelecem entre as duas modalidades, de maneira oculta.

Com relação ao comércio informal propriamente dito, pode-se considerar que o fenômeno não é recente, mas, a sua função e o seu verdadeiro significado tem se modificado na atual sociedade moderna e globalizada. Para Cleps (2003) a realização de trocas de mercadorias (comércio) começa a se concretizar na história da humanidade na medida em que passa a existir um excedente de produção proveniente do aperfeiçoamento das forças produtivas. Desde então o comércio se desenvolveu e se transformou em uma das mais importantes atividades econômicas mundiais. Mas em função das crises que a economia enfrenta surgem novas modalidades de comércio, dentre elas o comércio informal.

Presente em praticamente todas as cidades brasileiras, o comércio ambulante se manifesta de inúmeras maneiras. É ele quem repassa as mercadorias refugadas das indústrias ou fabricadas em oficinas de “fundo de quintal”, oferece artigos produzidos artesanalmente ou simplesmente constitui uma rede de distribuição de produtos industrializados. (CLEPS, 2003, p. 4)

Os termos camelô e ambulante, na maioria das vezes, são utilizados como se tivessem o mesmo significado. Ao se comparar a legislação e estudos sobre a temática, notam-se algumas diferenças sobre os conceitos. A Lei 11039, de 23.08.1991 da cidade de São Paulo, citada por Yázigi (2000) entende por ambulante, o vendedor ou prestador de serviços, incluindo formas de comércio e lazer. O termo marreteiro é usado para aqueles que não têm licença. Ainda para esse autor as formas de atividade ambulante podem ser de três tipos: efetivas, que podem carregar equipamentos; com ponto móvel, com automóveis ou equipamentos desmontáveis e as com ponto fixo que utilizam barracas não removíveis.

Para Bertolucci (2003), os camelôs apresentam ponto fixo, trabalham em barracas de boa qualidade e, geralmente, têm autorização oficial para se estabelecerem em um determinado local. Já os ambulantes não possuem um lugar fixo e suas mercadorias são mais baratas se comparadas às dos camelôs. O autor conceitua também, “vendedores autônomos” que engloba os donos de bancas de jornal e revistas ou de quiosques alimentícios, que têm instalações sofisticadas. O critério adotado para a diferenciação dos conceitos é a mobilidade espacial do vendedor.

Montessoro (2006) denomina os camelôs como aqueles que já possuem um ponto estratégico para desenvolver suas atividades sejam em bancas nas ruas ou num camelódromo. Já os ambulantes, seriam as pessoas que precisam se locomover para realizarem suas vendas. Porém, não faz nenhuma separação classificatória para efeito de análise.

E, finalmente, Cleps (2003), não distingue os termos, mas divide o comércio informal em três grupos: os fixos que se encontram em áreas estratégicas de grande movimentação; os periódicos que ocorrem em áreas de lazer, instalando-se nos finais de semana e feriados, e, os ocasionais que aparecem em torno dos comércios formais, em festas comemorativas ou outros eventos que atraiam um grande público.

A partir destas afirmações pode-se retomar a idéia de que os usos e as funções do espaço são modificados, de acordo com o tempo e às condições sociais que são consideradas. Essa idéia remete à própria reestruturação urbana, bem como a análise das relações entre camelôs e camelódromos com as categorias geográficas território e lugar. Ao se pensar, no caso de Uberlândia, o ambulante é aquele que apresenta grande mobilidade, ou seja, não tem apenas um ponto fixo, muitas vezes criando juntamente com outros ambulantes, um território bem definido de comércio e serviços informais que pode ser uma rua, uma praça ou até mesmo um bairro. Por outro lado têm-se os camelódromos, em que os camelôs apresentam seu ponto fixo e criam um estabelecimento e um lugar para aquele agrupamento de comerciantes. Desse modo no momento em que as pessoas vão ao camelódromo já sabem que o estabelecimento é o lugar no qual se comercializa diversas mercadorias oferecidas pelos camelôs.

A grande reflexão é que independentemente de o comerciante ou prestador de serviço informal ter ponto fixo e uma pequena infra-estrutura, seja no camelódromo ou em outro lugar do espaço público, não ficará livre da denominação de camelô, que é a nomenclatura que os caracteriza através de seu ponto em comum: a informalidade.

No caso de Uberlândia, um lugar que seria um dos territórios dos ambulantes, ou camelôs, é a Praça Tubal Vilela localizada na área central, e devido ao ponto de ônibus urbano, concentra vários comerciantes das mais variadas categorias de produtos, sendo que mais da metade dos trabalhadores, exercem suas atividades no local a mais de 5 anos.

Em função da grande diversidade de produtos comercializados e de alguns serviços prestados no âmbito da área central, foi necessário estabelecer a classificação das categorias vinculadas às atividades econômicas nos espaços públicos, com base no estudo de Yázigi (2000) e Ribeiro Filho (2004).

A classificação utilizada para as categorias vinculadas às atividades econômicas do comércio informal foi agrupada de acordo com os produtos comercializados em barracas, bancas e tabuleiros:

a) Comércio Varejista:

- Alimentação: refeições, lanche, comida regional e churrasco;
- Bebidas: água mineral, refrigerante, cerveja e batidas;
- Frutas e Legumes e verduras;
- Produtos Alimentícios;
- Produtos Naturais;
- Cigarros;
- Vestuário: masculino, feminino, infantil, roupa íntima;
- Calçados: adulto e infantil;

- Acessórios para Vestuário e Calçados: bijuteria, boné, carteira, cinto, bolsa, brincos, anéis, guarda-chuvas, fivela, cadarço, espelho;
- Cama, mesa e banho;
- Redes;
- Relógios;
- Presentes;
- Cd's e Fitas;
- Brinquedos;
- Produtos Importados;
- Cosméticos e Perfumes;
- Artesanato;
- Artigos para o Lar e Utilidades Domésticas;
- Peças para Eletrodomésticos;
- Ferramentas;
- Material Elétrico e Hidráulico;
- Material de Higiene: escova de dente, mamadeira, bico, papel higiênico, pasta dental;
- Material Escolar: cadernos, canetas, lápis, borracha etc;
- Cartão Telefônico;
- Balas, Chicletes e Miudezas.

b) Serviços:

- Limpeza: engraxates e lavadores de carro;
- Reparadores: painéis, guarda-chuvas; facas, alicates, tesouras;
- Conserto: confecções, calçados, relógios e semi-jóias;
- Chaveiro;
- Fotografia: “lambe-lambe” e foto instantânea;
- Publicidade: distribuidores de folhetos e os “cavaletes humanos”;
- Guardadores de Carro;
- Banca de Bicho.

A identificação dessas categorias pode variar de acordo com o tamanho da cidade e da região da qual está inserida. Contudo, nota-se que elas estão presentes na maioria dos centros urbanos do país, com destaque em sua área central. Em Uberlândia, por exemplo, são verificadas praticamente todas estas categorias, através dos camelôs.

Cabe ressaltar que, em diversos tipos de produtos da economia informal, existe a interação com o circuito superior por meio de várias formas de comercialização, de acordo com a origem dos produtos, a ação dos intermediários e a localização dos consumidores (CORRÊA, 2000).

No caso dos ambulantes/camelôs de Manaus, vendem-se mercadorias adquiridas junto a setores da economia formal, como as importadoras, lojas de confecções e distribuidores especializados nessa atividade comercial, que repassam as mercadorias sem notas ou pagamento de impostos, sem contar a origem duvidosa do produto. Existem, entretanto, alguns casos em que o próprio vendedor ambulante produz parcialmente a sua mercadoria, a exemplo do artesanato, dos produtos naturais, alimentação (lanche e comida regional), entre outros (RIBEIRO FILHO, 2004).

A partir da expansão destas categorias de comerciantes informais, há uma necessidade de se criar um estabelecimento para que estes possam se organizar espacialmente, como os camelódromos ou shoppings populares conceituados por Montessoro (2006) como centro comercial dos ambulantes. Ainda de acordo com essa autora, pelo fato desses comerciantes ficarem nas vias públicas (praças e calçadas), sempre foram vistos como uma anomalia do ponto de vista do planejamento.

Os ambulantes por viverem em uma condição de insegurança, constroem uma rede de informantes que trabalham na observância da aproximação de fiscais e policiais, ou seja, a presença ameaçadora de representantes da lei (Castro, 2003):

Trabalhar na rua impõe riscos e perigos, quando se está à margem das disposições legais, mas por outro lado, esta condição acaba por desenvolver redes de solidariedade que atuam como instrumento de proteção. (CASTRO, 2003, p. 64)

A questão do temor em relação à fiscalização é atenuada quando se trata de um trabalhador informal atuando em um camelódromo, pois a constituição de um estabelecimento organizado denota respeito aos comerciantes. As fiscalizações, porém, não são inexistentes nestes locais.

Na visão de Silva (2003) *apud* Montessoro (2006), os camelódromos são condições que o governo cria para que a informalidade continue existindo já que utiliza espaços públicos para alocarem os camelôs e ambulantes e cobram taxas como se fossem espaços privados, obedecendo à lógica do lucro. Porém no caso de Uberlândia, existe apenas um camelódromo público municipal.

No estudo de Montessoro (2006) sobre a cidade de Anápolis – GO, a autora afirma que o centro da cidade não deixou de exercer sua função concentradora de atividades ligadas ao setor terciário, como o comércio e a prestação de serviços, Nas cidades em que essa área, perde o grande destaque, para outros locais concentradores, este centro abriga inúmeras funções comerciais e de serviços, em que a população pode optar por resolver seus problemas nos centros em questão. A autora prossegue:

Assim, temos o crescimento e fortalecimento do comércio popular que passa a ser diversificado, isto é, apresenta inúmeras opções de consumo, principalmente no ramos de vestuário, calçados e produtos eletrônicos, o que acirra a disputa entre os lojistas. Isto pode ser observado no camelódromo e no próprio comércio de rua, onde encontramos as mercadorias que também estão à venda em outras lojas. (MONTESSORO, 2006, p.5)

No caso de Uberlândia existem nove camelódromos, incluindo um shopping popular, localizado no entorno do Terminal Central de transporte público, que apresenta boa infraestrutura, contendo inclusive uma praça de alimentação. O restante está localizado no núcleo central ou em suas proximidades.

O primeiro camelódromo de Uberlândia se localiza na Avenida Floriano Peixoto, sendo que anteriormente a área funcionava como depósito do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgotos de Uberlândia. A Prefeitura negociou o terreno para a acomodação dos ambulantes e a partir de 1996 foi iniciada a construção da infra-estrutura do camelódromo municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro.

É importante ressaltar que este camelódromo teve certo sucesso em seus objetivos, pois as pessoas que anteriormente buscavam os ambulantes na Praça Sérgio Pacheco ou em outros pontos espalhados pela cidade, passaram a freqüentar o camelódromo construído.

Em 2008, cerca de quinze anos após a sua construção, é dotado de uma boa infraestrutura, contando com 75 boxes, todos regularizados pela Prefeitura Municipal. Funciona de segunda a sábado das 08h00min às 18h30min, e não apresenta prestação de serviços, sendo, sua função, portanto, estritamente comercial. São comercializados desde produtos para vestuário feminino e masculino, acessórios em geral, eletrônicos, brinquedos, fantasias até produtos para pesca e residências. Os únicos produtos proibidos pelo Governo de comercialização foram os CDs de áudio e DVDs de filmes e musicais.

De acordo com o coordenador do camelódromo municipal, existe uma associação que organiza os comerciantes e é responsável por reivindicações na Prefeitura Municipal. Ele informou ainda que o estabelecimento atende a diversos níveis sociais, em decorrência

dos preços mais acessíveis e da localização privilegiada. Vale ressaltar que este é o único camelódromo, cuja gestão é municipal.

Já os ambulantes nesta cidade iniciaram suas atividades na Praça Tubal Vilela e lá se mantém até os dias de hoje em virtude do alto fluxo de pessoas e veículos. A partir do ano de 2006 verifica-se a tentativa cada vez mais freqüente do poder público conter os comerciantes sem ponto fixo que se estabelecem nas vias públicas, daí a expansão dos camelódromos. Mas ainda assim, existem muitos camelôs nas vias e principalmente nas praças da cidade.

A partir desta análise pode-se afirmar que os camelódromos, shoppings populares ou centros comerciais populares apresentam vasta funcionalidade na área central das cidades brasileiras, visto que, é imprescindível a organização dos camelôs e ambulantes em espaços apropriados, não ocupando assim, as vias públicas, para que não seja determinante em outros problemas na área central, como, a circulação nas vias e calçadas, poluição visual e sonora, higiene, dentre outros fatores.

Considerações Finais

A expansão do comércio e serviços informais nas cidades brasileiras encontra seu auge nas décadas de 80 e 90, em virtude de mudanças na economia e na questão dos empregos formais. Em Uberlândia, a realidade é semelhante, pois é exatamente na década de 80 e 90 que aparecem os primeiros ambulantes na Área Central. Desse período em diante ocorre uma aglomeração de comerciantes informais no local, na década de 1990 têm início os primeiros esforços de regularização destas atividades através da prefeitura municipal. Mas, na verdade, apesar de várias tentativas por parte do Estado para formalizar estes comerciantes, sua expansão é inevitável.

Pensar a respeito das transformações que se consolidam na área central em decorrência da informalidade é de fundamental importância. Em meio a tantos problemas urbanos, especialmente na Área Central, como poluições (ar, visual, sonora), falta de infraestrutura para abrigar os transportes particulares e públicos causando congestionamentos, as calçadas inadequadas para os pedestres, somam-se a estes a questão dos camelôs e ambulantes, que trazem inúmeros transtornos à qualidade de vida dos cidadãos, mas por outro lado é a fonte de renda de uma parcela da população que precisa exercer alguma atividade econômica.

E vale lembrar ainda que se, por um lado os camelôs e ambulantes são indesejáveis do ponto de vista da organização territorial, por outro existem vários cidadãos que alimentam este comércio por acreditarem encontrar melhores preços, mercadorias e condições de pagamento.

Compreender os conceitos de informalidade e o seu resgate histórico no Brasil é de fundamental relevância para a interpretação dos problemas que se constroem em Uberlândia, e que certamente é consequência de um contexto semelhante, à realidade brasileira, porém com suas especificidades.

Referências:

BERTOLUCCI, Fábio Luiz. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais – os camelôs e os ambulantes. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Disponível em <<http://www.ig.ufu.br>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

CASTRO, Maria Aparecida Carvalho de. **O Camelô em Belo Horizonte: Aspectos da Informalidade e da Identidade.** Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O comércio informal e a cidade. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Comércio e Espaço: uma retrospectiva e algumas questões. **Textos LAGET - Série Pesquisa e Ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 2, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GONÇALVES, Marcelino Andrade; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Informalidade e Precarização do Trabalho: Uma Contribuição à Geografia do Trabalho. In: **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. VI, num. 119 (31), agosto, 2002.

FILGUEIRAS, Luís A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O CONCEITO DE INFORMALIDADE: um exercício de aplicação empírica. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, num.41, p. 211 – 229, Mai/Ago, 2004.

MARX, K. **O capital**. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELO, Hildete P.; TELES, Jorge Luiz. Serviços de Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 773, 2000.

MONTESSORO, Claudia. **Centralidade Urbana e Comércio Informal: Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MURPHY, Raymond E. **The American City – an urban geography**. New York: Mc Graw-Hill, Company, 1966, p. 283 – 316.

RAMIRES, Francisco José. **Severinos na Metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RIBEIRO FILHO, Vítor. A Área Central e Sua Dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, p. 155-157, dez, 2004.

ROCHA, Sônia. Economia Informal: Algumas Considerações sobre Conceituações e Mensurações. **Texto para Discussão Interna**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 181, 1989.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Rosselvelt José; RESENDE, Luiza de. **A Economia Informal, a Cidade e os Ambulantes: Lugares e Estratégias em Uberlândia - MG**. Uberlândia: Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia. Inédito (com permissão dos autores para citação), 2003.

SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio. **Mapa do trabalho informal: Perfil sócio econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SILVA, Ângela Maria; FREITAS, Nara Eugênia de; PINHEIRO, Maria Salete de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2004.

SOARES, Beatriz Ribeiro; RAMIRES, Júlio César de Lima. As transformações do centro de Uberlândia no contexto da expansão da cidade. **Sociedade & Natureza** , Uberlândia, v. 5, p.25-38, jan/dez, 1993.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. In: **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 1070, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. 1ª ed. São Paulo: Humanitas, 2000.

ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. **O trabalho informal dos camelôs na Região Central de Belo Horizonte e a Transferência para os Shoppings Populares**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.